

Decreto estimula inovação tecnológica

A presidente Dilma Rousseff assinou ontem decreto usando pela primeira vez o poder de compra do Estado para estimular inovação tecnológica da indústria. Fabricantes nacionais de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) poderão vender ao governo produtos até 15% mais caros que os importados. A decisão foi antecipada pelo Estado no mês passado.

Se o mesmo bem for desenvolvido em território nacional, essa margem de preferência pelo produto "made in Brazil" sobe para 25%. Ou seja, para estimular a criação de produtos de TIC genuinamente brasileiros haverá uma margem "adicional" de preferência.

Até hoje, o governo só havia adotado a margem "adicional" para a produção de biofármacos, no caso de 5%. Mas mesmo dentro do governo isso era visto como uma forma de trazer uma etapa do processo para o Brasil.

Agora, com os equipamentos de TIC, há esperança de ver novos produtos nacionais de alta tecnologia.

EDITAIS

O decreto presidencial foi publicado ontem no Diário Oficial da União. Com isso, deve constar nos editais de licitação, a partir de hoje, a possibilidade de pagamento maior para produtos nacionais de TIC, como roteadores e aparelhos de rede.

Para confirmar que o produto foi manufaturado e desenvolvido no País, o empresário precisa seguir normas específicas, como um Processo Produtivo Básico (PPB).

A escolha do governo pelo setor de TIC não foi a toa. Técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento já sondaram empresas do setor. Em resposta, ouviram que há interesse de desenvolver equipamentos aqui, mas faltaria um incentivo como este.

O expediente de usar os grandes volumes de compras estatais para fomentar desenvolvimento já é usado nos Estados Unidos e na Europa há décadas. Com o decreto de ontem, o Brasil se aproxima desse patamar.

Até o fim do ano, o governo brasileiro quer estender a política de margem a todos os setores da indústria, com margens adicionais sempre que possível.

META

O projeto de compras governamentais começou a sair do papel no ano passado. Ao todo, a União desembolsou R\$ 2,5 bilhões, ante uma previsão inicial de R\$ 15 bilhões, conforme revelou o Estado há duas semanas. O ritmo, no entanto, foi bem avaliado pelo governo. Afinal, é a primeira vez em 20 anos que a Lei de Licitações deixa de ser aplicada como prevista originalmente, com o menor preço vencendo

a disputa.

A medida foi regulamentada pela presidente Dilma Rousseff no primeiro ano de seu governo, como uma reação à crise financeira internacional. O alto desemprego em países europeus e nos Estados Unidos levou muitas indústrias da Ásia e mesmo de países desenvolvidos a despachar seus estoques de produtos para os emergentes, a preços cada vez mais baixos.

A indústria nacional, que vem sofrendo com essa competição, amargou uma queda de 2,7% na produção no ano passado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: O Estado de São Paulo, Iuri Dantas